

Escândalo!!! Reitoria propõe 30 mil para docentes e só 5 mil pra funcionários que tem menos de 20 anos de USP

Na última reunião do Conselho Universitário, ocorrida em 07 de março, o reitor anunciou que ocorrerá um Conselho extraordinário no dia 23 para discutir, entre outras coisas, uma proposta de “valorização” de docentes e funcionários. No informe o reitor não detalhou qual seria a proposta.

Tivemos acesso nesta tarde aos documentos que estão tramitando na COP e na CLR e que será enviado para o CO. São dois projetos. **Um retoma o Prêmio de Excelência Acadêmica, com valor de 5 mil reais para todos, docentes e funcionários.**

O outro projeto será um Plano de Gratificação de Valorização, Retenção e Permanência, que será destinado apenas a docentes e funcionários que ingressaram após 2003, ou seja, que tenham menos de 20 anos de USP. **Nessa proposta, para os funcionários enquadrados nessas condições o valor seria entre 4.500 e 5 mil reais. Já para os docentes, os valores seriam de 27 a 30 mil reais!** Ou seja, além de excluir os funcionários e docentes mais velhos de casa, a proposta estabelece um **valor 6 vezes maior para os docentes!** Um escândalo!

Importante lembrar que esse tipo de bonificação não é incorporado aos salários. E, claro, a reitoria coloca isso nas vésperas da campanha salarial para desmobilizar a luta pelos reajustes!

No Fórum da Seis nós temos uma reivindicação na pauta unificada das 3 Universidades de valorização dos salários iniciais, que no caso dos servidores técnico-administrativos a **reivindicação é de um valor fixo a ser incorporado nos salários de R\$1.200,00.** Um valor fixo implica numa valorização proporcionalmente maior para quem tem salários mais baixos. Essa proposta seria muito mais interessante, já que valorizaria nossos salários como um todo, especialmente os que ganham menos!

De todo modo, não aceitaremos essa diferenciação absurda! Nos próximos dias divulgaremos propostas de luta para a categoria para garantir a isonomia!

Copert tem poucos encaminhamentos pras demandas da Categoria

No último dia 03 ocorreu reunião da Copert (Comissão Permanente de Relações de Trabalho), que é presidida pelo chefe do DRH, prof. Wilson. Foi a primeira reunião do ano, após vários meses sem que houvesse marcação de reunião. Considerando o longo tempo sem reuniões, e as várias demandas que se acumularam, encaminhamos uma pauta extensa. A pauta que encaminhamos foi a seguinte:

- 1- Hrac
- 2 - Ponto Eletrônico
- 3 - Política de Transferências
- 4 - Situação das creches
- 5 - Direito dos Professores de Educação Infantil das creches ao recesso de meio de ano
- 6 - Situação emergencial para inclusão no acordo de abono de horas para retirada de remédios, especialmente de alto custo que tem hora marcada
- 7 - Retomada da discussão sobre Abono de horas das Pontes e Recesso
- 8 - Cumprimento da Lei acerca de pais, mães e servidores portadores de Deficiência
- 9 - Aplicação da LEI 191 nas unidades de saúde
- 10 - Liberação de Funcionários para participação em atividades sindicais - provável realização de Congresso do Sintusp
- 11 - Organização das reuniões da Copert

HRAC

Denunciamos a situação dos funcionários que não assinaram o termo de anuência para trabalhar para a FAEPA, fundação que agora administra o Hospital das Clínicas de Bauru. Esses funcionários foram colocados à disposição e aguardam resolução sobre seu futuro. Os membros da reitoria não deram nenhuma resposta, falaram que estavam avaliando a situação.

Ponto Eletrônico

Os membros da reitoria disseram que as máquinas estão obsoletas, e que terá que ser feita a troca delas no próximo período. Afirmaram que quem está registrando o ponto, mesmo que não esteja regularizado no Sistema IFPonto, não terá problemas, pois as máquinas guardam as informações, e que o sistema irá ser corrigido. Nós do sindicato denunciamos que não é só um problema de sistema, que em alguns casos a própria máquina não está funcionando, e há chefias que orientam os funcionários a não compensarem horas quando ocorre esses problemas, o que obviamente causa prejuízos para os trabalhadores. Ao final o DRH se comprometeu a emitir um comunicado para todos os funcionários explicando a situação do Ponto e orientando as chefias sobre como proceder para a regularização da frequência.

Transferências

Cobramos a discussão de uma política de transferências, já que o Banco de oportunidades está desativado. E além disso houve no final do ano passado a Portaria GR 7841 que centralizaria na reitoria a autorização para transferências.

De acordo com o Prof. Wilson, o problema para transferências é o fato de não ter ocorrido contratações nos últimos anos. Que com a reabertura de contratações, poderiam pensar em reeditar o Banco de Oportunidades. Sobre isso nós questionamos o fato de que as contratações previstas são apenas para funcionários de nível superior, o que não necessariamente facilitaria a possibilidade de trocas. De todo modo, informaram que a única forma de conseguir transferência hoje seria através de permutas. E que casos excepcionais poderiam ser encaminhados para a Copert via sindicato. No entanto, no último ano enviamos vários casos e não houve resolução de nenhum deles pela Copert!!

Cumprimento da Lei acerca de pais, mães e servidores portadores de Deficiência

No final do ano o STF estendeu para servidores estaduais e municipais o disposto no estatuto dos servidores federais que permite redução de jornada sem redução de salário para servidores portadores de deficiência ou que sejam mães ou pais de crianças portadoras de deficiência. Na USP já há uma movimentação de funcionárias que são mães especialmente de crianças com transtorno do espectro autista.

O procurador geral presente na reunião informou que a USP espera o trânsito em julgado do tema no STF, e que posteriormente deverá ter uma regulamentação estadual para o tema. Ou seja, não deu previsão de quando iniciará a aplicação da lei. Nós estamos acompanhando a situação e o nosso departamento jurídico está atento caso haja necessidade de ingressar com ações para garantia desse direito.

Retirada de medicamentos de alto custo

Sobre esse tema, os membros da reitoria disseram que deveria ser discutido quando formos debater os termos do Acordo Coletivo, mais próximo de setembro. Mas que de imediato poderíamos encaminhar os casos individuais para que buscassem uma solução administrativa.

Situação das creches

Há uma série de demandas das trabalhadoras e trabalhadores das creches, frente ao descaso e desmonte levados adiante pelas últimas gestões reitorais. E nessa reunião, quando a companheira do sindicato começou o informe, foi interrompida pelo prof. Wilson com o argumento de que não haveria mais tempo para essa discussão. Pelo menos ele se comprometeu a agendar uma reunião específica para tratar somente desse tema. Para nossa surpresa, foi enviado um calendário de reuniões no qual consta essa data para discussão sobre as creches, porém não como uma reunião extraordinária, como imaginamos, e sim restringindo a pauta da próxima ordinária.

De resto, os outros temas não foram debatidos. Como tem ocorrido nos últimos tempos, a reunião foi encerrada sem debater todos os temas, e com respostas insuficientes e poucos encaminhamentos efetivos!

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP, CEP:05508-070 - Tel: 3091 4380/4381 - 3814-5789- email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br